

# Regra Fiscal

Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Marcio Rego

Nota no Twitter, 08.03.23

O Ministro Fernando Haddad está terminando seus estudos sobre a nova regra fiscal e, antes de enviar ao Congresso, deverá discutir as novas ideias com outros setores do governo.

Alguns economistas estão falando em definir um limite para a dívida pública. Não creio que isto seja importante. A dívida pública não tem a importância que se quer dar a ela. Eu quero aqui fazer apenas umas poucas sugestões.

Primeiro, é necessário incluir os juros nas despesas. “Mas o governo não tem controle dos juros”, poderão objetar. Como não? Banco Central não é parte do governo? Incluir os juros é a melhor forma de responsabilizar o BC.

Segundo, a despesa nominal deve ser uma porcentagem do PIB nominal projetado.

Terceiro, as despesas de saúde devem ter uma regra especial. Devem obedecer a um índice que expresse o aumento do custo de saúde devido ao envelhecimento da população e o emprego de medicamentos e exames eventualmente crescentes.

Quarto, o investimento público e das empresas concessionárias deve ter um teto e um piso proporcionais ao PIB, a partir do pressuposto que é preciso aumentar o investimento público assim definido.